

14274 - Reflexões sobre a necessária articulação entre Segurança Alimentar e Agroecologia no contexto brasileiro

Reflections on the necessary link between Food Security and Agroecology in the Brazilian context

WEBER, Suzamara¹; SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de²

1 UNICENTRO/AGAECO, suzaweber@gmail.com; 2 UNICENTRO, janja.bujokas@uol.com.br

Resumo

Este estudo contribui para a reflexão sobre a fragilidade ainda existente entre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira e a agroecologia. O interesse pela área se refere à proximidade das autoras, através do estudo e vivência, com o tema, o que despertou a necessidade de refletir sobre as lacunas existentes nas políticas públicas. O estudo contou com pesquisa bibliográfica e a análise documental dos resultados do Mapeamento Social dos Agroecologistas, realizado no Paraná em 2010. Os resultados apontam a agroecologia como uma forma sustentável de efetivação da SAN, no entanto, destaca-se que ainda existem lacunas no que se refere às políticas públicas de incentivo. Desta forma, é necessário ampliar o debate sobre a compreensão que se tem do tema, articular esforços coletivos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à agroecologia, do contrário, corre-se o risco de reafirmarmos o viés produtivista que acompanhou historicamente o tema.

Palavras-chave: Direito humano à alimentação; produção agroecológica; políticas públicas.

Abstract:

This study contributes to the debate on the weakness still exists between the Politics of Food and Nutritional Security Brazilian and agroecology. Interest in the area refers to the closeness of the authors, through study and experience, with the theme, which aroused the need to reflect on the gaps in public policy. The study included literature review and documentary analysis of the results of the Mapping Social agroecologists held in Parana in 2010. The results show agroecology as a sustainable form of execution of the SAN, however, highlights that there are still gaps in relation to public policy incentive. Thus, it is necessary to broaden the debate on the understanding one has of the subject, articulate collective efforts to improve public policies focused on agroecology, otherwise it runs the risk of bias productivist reaffirm that historically followed the theme.

Keywords: Human right to food; agroecological production; public policy.

Introdução

O tema da Segurança Alimentar permeia o debate público desde a década de 1940, contudo, prevaleceu durante longo período de tempo um viés produtivista, que deixou de lado o aspecto referente aos direitos humanos. Podemos apontar que desde o final do século XX este debate vem ganhando um viés mais crítico, pontuando aspectos como a concentração de renda e riqueza e a agricultura ecológica. Neste cenário, este trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre a fragilidade ainda existente entre a regulamentação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira e a agroecologia, a partir da realidade vivenciada pelos agricultores e agricultoras ecologistas do Paraná. O texto aborda a construção da noção de Segurança Alimentar, seus desafios e potencialidades e discorre sobre a agroecologia como estratégia sustentável na efetivação do Direito Humano à Alimentação.

Para introduzir o tema, a questão da Segurança Alimentar tem como marco a primeira metade do século XX, especialmente o período que envolve a grande guerra, e se relaciona com a noção de produção de alimentos para abastecimento das necessidades emergenciais de consumo dos diferentes países. Desta forma, era necessário criar um excedente de alimentos, garantido a segurança alimentar dos indivíduos, de acordo com as vicissitudes geradas pela guerra. Com isso, em 1945 foi fundada a Organização para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas, que teve como preocupação orientar as nações no sentido de priorizar o investimento em agricultura.

No entanto, a discussão gerada em torno do tema não conseguiu refletir sobre um elemento central dentro deste debate: a concentração de renda e riquezas. A distribuição de alimentos foi tomada como problemática central na resolutividade da insegurança alimentar e as ações de equiparação das desigualdades não entraram nas agendas políticas. Desta forma, Valente (2002) denuncia que o debate sobre a relação entre direitos humanos e segurança alimentar foi substituído por um viés produtivista. Os impasses do sistema capitalista, como o acirramento dos conflitos decorrentes da questão social, não foram incluídos de imediato nas pautas governamentais, por isso, as ações de segurança alimentar não foram sustentáveis.

Neste sentido, é importante destacar que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) só ganhou força no campo dos direitos humanos a partir da segunda metade do século XX. Ainda assim, o paradigma produtivista, especialmente através da chamada Revolução Verde (incremento na produção agrícola através do uso de agrotóxicos, da modificação genética e do incentivo a monocultura) tem sido o modelo hegemônico de orientação das ações na área. Este modelo tem comprovado que o viés produtivista é insuficiente na garantia da segurança alimentar aos povos e a prova cabal está no fato de que um grande número de pessoas ainda passa fome e outro montante sofre as consequências de uma alimentação inadequada, carente do ponto de vista nutricional.

No Brasil, embora a discussão da SAN tenha se iniciado ainda na década de 1940, com Josué de Castro, autor do clássico “Geografia da Fome”, o tema só ganhou relevância muito mais tarde, na década de 1980. Isso porque, as discussões empreendidas por Castro relatavam que as situações de fome e de insegurança alimentar estavam articuladas as questões políticas e de estrutura econômica, como o latifúndio monocultor, evidenciando a enorme desigualdade existente entre ricos e pobres. Na época, esta denúncia foi ofuscada pelo Estado autoritário, considerando que suas consequências atingiam mais diretamente a classe subalterna.

Foi somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e da luta intensa dos movimentos sociais pela ampliação e universalização de direitos, que a Segurança Alimentar começou a ser, efetivamente, discutida no país. Em 2006, através da Lei nº 11.346, foi regulamentada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e em 2010 o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) foi inserido no texto Constitucional, compondo parte dos direitos previstos no Artigo 6º.

A partir de então, a SAN se refere, formalmente, ao direito que todos têm de acessar regular e permanentemente alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, primando pelas práticas alimentares que promovam saúde, respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, 2006, Artigo 3º). Para tanto, a operacionalização desta política deve se dar de forma intersetorial, envolvendo áreas como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, entre outras. Deve ser discutida, monitorada e avaliada por agentes governamentais e da sociedade civil, nas três esferas de governo (federal, estaduais e municipais), especialmente através das conferências e dos conselhos, com ampla participação dos movimentos sociais.

Assim, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) articula uma diversidade de ministérios e de atores públicos e privados na operacionalização da SAN. Apesar do seu potencial de articulação entre diferentes políticas setoriais, muitos são os desafios que se impõem ao trabalho intersetorial na área.

De maneira geral, podemos entender a agroecologia como um termo ainda novo, mas práticas agrícolas ecológicas já são utilizadas desde o surgimento da agricultura. Autores a definem e conceituam como um modo de vida adotado pelos camponeses e camponesas, que estabelecem novas relações sociais, ambientais, culturais e econômicas. Está fundamentada na co-evolução dos seres e na sua interdependência, sendo resultado do conhecimento tradicional e das ciências, em íntima relação com a natureza (ARL, 2007).

Altieri (2008) destaca que na concepção e construção da agroecologia é necessário considerar dimensões que vão além do aspecto produtivo, no caso, a participação em processos de desenvolvimento que favoreçam o fortalecimento de organizações sociais e comunidades locais.

Nesse sentido, a agroecologia se contrapõe ao modelo de campo com grandes extensões de monocultivos, onde pessoas são substituídas por máquinas, pelo contrário, a agroecologia possibilita a reconstrução do campo como espaço de vida. Rigon (2005) diz que reconstruir os lugares “significa recolocar a localidade como espaço de trabalho e vida”, e esse novo espaço de vida só tem sentido porque também estabelece e recria novos sistemas produtivos e hábitos alimentares.

Ao falar de Agroecologia inevitavelmente a Segurança Alimentar não pode ficar de fora, uma vez que há uma relação intrinsecamente direta entre os dois temas, já que ambos são estratégicos para a educação alimentar, ou seja, o modo de produção e as técnicas utilizadas na agroecologia apresentam-se como um dos caminhos possíveis para a consolidação na prática acerca de um novo paradigma alimentar.

Uma das sérias consequências em relação a alimentação no mundo é a padronização universal de uma dieta alimentar independente da história cultural e dos hábitos alimentares dos povos. A tendência pela padronização da dieta alimentar tem sido intensificada pela oferta de produtos industrializados nos supermercados, limitando a humanidade ao acesso cada vez menor da biodiversidade alimentar (Carvalho, 2003). “Os sabores, as cores, as texturas dos alimentos fantasiam seus lugares de origem, mas não são alimentos daquela origem.” (CARVALHO, p. 97, 2003). Tal fato é ainda mais grave quando se constata

que esse padrão alimentar é dependente de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sintéticos, produzindo a redução da qualidade nutricional dos alimentos, gerando efeitos desastrosos na saúde humana.

O reestabelecimento de sistemas alimentares agroecológicos através do resgate de sementes crioulas, mudas e demais variedades locais produzidas de formas sustentáveis, tem a capacidade de promover a educação alimentar não só das famílias camponesas, mas de famílias moradoras de áreas urbanas. Portanto, esse é um debate desafiador, mas que não deve estar fora das políticas públicas de SAN.

Diante deste debate, fica justificada a centralidade deste estudo, que tem como problema central de análise a reflexão sobre o lugar que a agroecologia ocupa na Política de Segurança Alimentar brasileira. Em que medida a Política de SAN articula e incentiva a agroecologia? Os agricultores e agricultoras ecologistas recebem apoio do Poder Público? Estas são algumas questões que problematizam a pesquisa.

Metodologia

Este estudo, de natureza qualitativa, utilizou da pesquisa bibliográfica e da análise de documentos para discorrer sobre seu objetivo, que trata de refletir sobre a fragilidade ainda existente entre a regulamentação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira e a agroecologia. Além dos livros e artigos científicos pesquisados, o trabalho conta com a análise de parte dos dados divulgados pelo Mapeamento Social dos Agroecologistas. Este Mapeamento foi realizado como parte dos objetivos do Projeto “Centro Mesoregional de Difusão de C&T das Regiões Centro e Centro-Sul: Formação Humana e Potencialização Econômica da Cultura Agroecológica”, executado entre 2009 e 2011 pelo Instituto Equipe de Educadores Populares e financiado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/PR, tendo como objetivo identificar e articular os agricultores/as ecologistas em busca da efetivação de políticas públicas na área. Dentre as questões levantadas estavam: auto identificação; tipos de apoio do poder público recebidos; área destinada à produção; formas de comercialização e associativismo.

Resultados e discussões

Este estudo, tomando como experiência a atuação da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo – PR (AGAECO) buscou contribuir no debate sobre a fragilidade ainda existente entre a regulamentação da Política de SAN brasileira e a agroecologia. Em 2010 esta Associação compôs o rol do Mapeamento Social dos Agroecologistas das regiões Centro, Centro-Sul e Campos Gerais do Paraná que foram pesquisados. Esta pesquisa teve como meta subsidiar a luta pela ampliação de políticas públicas na área da agroecologia e apontou lacunas importantes sobre o tema. Das 2.573 famílias de agroecologistas mapeadas, 36% destas não comercializavam a produção agroecológica e outras 15% comercializavam somente de porta em porta ou em feiras livres. Nesse caso, podemos apontar que 56 % do total das famílias estão fora do mercado institucional, nunca acessaram políticas de SAN como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), consideradas políticas públicas de SAN responsáveis

pelo abastecimento alimentar e por favorecer o direito humano à alimentação de qualidade e em quantidade necessária.

Conclusões

Este estudo é uma reflexão que aponta as contradições que compõem a compreensão sobre a Segurança Alimentar. Pontuamos que a SAN só se concretiza diante da soberania alimentar, desta forma, expressões de desigualdade como o latifúndio monocultor devem ser demandas para o debate em torno das políticas públicas na área. Sugerimos que a agroecologia se apresenta como uma forma amplamente sustentável de efetivação da SAN no Brasil, no entanto, a experiência enquanto agroecologista e os dados levantados pelo Mapeamento Social dos Agroecologistas realizado no Paraná destacam que ainda existem lacunas no que se refere às políticas públicas de incentivo a agroecologia.

Desta forma, é necessário ampliar o debate sobre a compreensão que se tem de SAN e articular esforços coletivos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à agroecologia, do contrário, corre-se o risco de reafirmarmos o viés produtivista que acompanhou historicamente a Segurança Alimentar, que atende os interesses do agronegócio em detrimento da efetivação do direito humano à alimentação, respeitando as culturas alimentares dos povos.

Referências bibliográficas:

- ALTIERI, M.A. **Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- ARL, V. **Reconstrução e re-significação do campo: um desafio sócio político, científico e educacional**. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA/ Universidade Federal do Paraná UFPR, 2007.
- CARTILHA DE AGROECOLOGIA. **Manifestando a Existência, Organizando a Resistência e Produzindo Soberania**. Irati PR, 2010.
- CARVALHO, H. M. O Oligopólio na Produção de Sementes e a Tendência à Padronização da Dieta Alimentar Mundial. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003 p. 95-112.
- RIGON, S. A. **Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade Natureza – Um Estudo de Caso Sobre a Agricultura Ecológica e o Autoconsumo em Turvo-PR**. Curitiba, 2005, 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.
- VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.